

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE INTELIGÊNCIA MILITAR DO EXÉRCITO**

CURSO AVANÇADO DE INTELIGÊNCIA PARA OFICIAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



**O EMPREGO DA CONTRAINTELIGÊNCIA MILITAR NO PROCESSO DE
PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES**

**Brasília
2023**

Ten Cel MARCELO **AFONSO** COSTA

**O EMPREGO DA CONTRAINTELIGÊNCIA MILITAR NO PROCESSO DE
PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Inteligência
Militar do Exército, como requisito
para a obtenção do Grau de Pós-
graduação Lato Sensu de
**Especialização em Análise de
Inteligência.**

Orientador: Ten Cel JOSÉ **ALVES JÚNIOR**

**Brasília
2023**

CATALOGAÇÃO NA FONTE
BIBLIOTECA CEL FORRER GARCIA

C838 Costa, Marcelo Afonso

O emprego da contrainteligência militar no processo de planejamento das operações terrestres/ Marcelo Afonso Costa – 2023.

39 f.

Orientador: José Alves Júnior

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Análise de Inteligência)
- Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx), Brasília – DF, 2023.

1. PPCOT 2. Contrainteligência 3. Operações Terrestres
4. Inteligência Militar I. Título.

Ten Cel MARCELO **AFONSO** COSTA

**O EMPREGO DA CONTRAINTELIGÊNCIA MILITAR NO PROCESSO DE
PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Inteligência
Militar do Exército, como requisito
para a obtenção do Grau de Pós-
graduação Lato Sensu de
**Especialização em Análise de
Inteligência.**

Aprovado em 29 de junho de 2023.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

JOSÉ ALVES JÚNIOR – Tem Cel– Presidente
Escola de Inteligência Militar do Exército

MARCO HENRIQUE ROTATORI PEREIRA – Tem Cel– Membro
Escola de Inteligência Militar do Exército

RESUMO

A reorganização geopolítica vivenciada no mundo contemporâneo, aliado às mudanças cada vez mais frequentes e profundas que as sociedades experimentam, fazem com que a missão de planejar a defesa da pátria se torne uma atividade cada vez mais complexa, transformando a forma de se pensar no componente bélico dos conflitos. As tropas se deparam, cada vez mais, com confrontos em áreas humanizadas e com a presença de outros atores, muitas vezes “invisíveis” às forças empregadas, capazes de influenciar decisivamente no rumo das operações, tornando os problemas militares exponencialmente maiores. Nesse contexto, cresce de importância a realização de minuciosos planejamentos, os quais a doutrina brasileira designa como Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT). Este processo permite, assim, que os problemas militares sejam estudados de maneira profunda, provendo consciência situacional detalhada e orientando tomadas de decisão mais eficazes. A Inteligência Militar, por intermédio de seus dois ramos, possui papel fundamental neste processo, possibilitando uma ampla compreensão do campo de batalha e dos agentes presentes no ambiente operacional, contribuindo com a identificação de ameaças, minimizando incertezas e permitindo que se aproveitem novas oportunidades. Dessa forma, a fim de que possa ser efetiva, deve ser planejada em sintonia com o PPCOT. No entanto, em virtude da pouca literatura existente sobre o assunto, este trabalho tem como objetivos identificar as ações, o emprego e/ou o papel da Contraineligência (CI) Militar no Processo de Planejamento das Operações Terrestres, nas suas fases conceitual e detalhada; além de identificar possíveis contribuições para a evolução da doutrina de CI durante o PPCOT. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, no intuito de ambientar o leitor ao assunto, abordando o PPCOT, a Contraineligência Militar e, por fim, o seu papel no planejamento das operações terrestres. Encerrando o trabalho, na conclusão, foram elencadas sugestões com vistas a mitigar os óbices encontrados acerca do tema ora estudado.

Palavras-chave: PPCOT. Contraineligência. Operações Terrestres. Inteligência Militar.

ABSTRACT

The geopolitical reorganization experienced in the contemporary world, combined with the increasingly frequent and profound changes that societies undergo, make the mission of planning homeland defense an increasingly complex activity, transforming the way we think about the military component of conflicts. Troops are increasingly confronted with conflicts in humanized areas and the presence of other actors, often "invisible" to the deployed forces, capable of decisively influencing the course of operations, thereby exponentially increasing military problems. In this context, the importance of meticulous planning grows, which Brazilian doctrine designates as the Planning and Conducting Process of Land Operations (PPCOT). This process allows for in-depth study of military problems, providing detailed situational awareness and guiding more effective decision-making. Military Intelligence, through its two branches, plays a fundamental role in this process, enabling a comprehensive understanding of the battlefield and the agents present in the operational environment, contributing to the identification of threats, minimizing uncertainties, and seizing new opportunities. Thus, in order to be effective, it must be planned in harmony with the PPCOT. However, due to the limited existing literature on the subject, this work aims to identify the actions, employment, and/or role of Military Counterintelligence (CI) in the Planning Process of Land Operations, in its conceptual and detailed phases, as well as to identify possible contributions to the evolution of CI doctrine during the PPCOT. For this purpose, a bibliographic review was conducted to familiarize the reader with the subject, addressing the PPCOT, Military Counterintelligence, and finally, its role in the planning of land operations. In conclusion, suggestions were made to mitigate the obstacles encountered regarding the topic under study.

Keywords: PPCOT. Counterintelligence. Land Operations. Military Intelligence

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES (PPCOT).....	9
2.1	O PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES.....	11
2.2	RELAÇÃO ENTRE A MCOE E O EXAME DE SITUAÇÃO.....	14
2.3	METODOLOGIA DE CONCEPÇÃO OPERATIVA DO EXÉRCITO (MCOE).....	15
2.4	EXAME DE SITUAÇÃO.....	16
3	A CONTRAINTELIGÊNCIA MILITAR.....	18
3.1	DEFINIÇÕES BÁSICAS.....	18
3.2	SEGURANÇA ORGÂNICA.....	20
3.3	SEGURANÇA ATIVA.....	22
4	O PAPEL DA CONTRAINTELIGÊNCIA NO PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES.....	25
4.1	O PLANEJAMENTO DA INTELIGÊNCIA MILITAR EM OPERAÇÕES.....	25
4.2	A CONTRAINTELIGÊNCIA MILITAR NA MCOE.....	28
4.3	A CONTRAINTELIGÊNCIA MILITAR NO EXAME DE SITUAÇÃO.....	29
4.4	O GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL.....	34
5	CONCLUSÃO	36
	REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

A Força Terrestre (F Ter) deve estar em permanente estado de prontidão para atendimento das demandas da defesa nacional, a fim de contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social (BRASIL, 2017a, p 1-1).

De acordo com Brasil (2017a, p 2-1), “as mudanças experimentadas pelas sociedades e o surgimento de nova configuração geopolítica conduzem a tarefa de planejar a defesa da pátria, razão de ser das Forças Armadas (FA), a horizontes mais incertos e complexos”. Isto, aliado ao avanço tecnológico dos meios militares, tem provocado alterações sensíveis no componente bélico dos conflitos armados (BRASIL, 2017a).

Simultaneamente, os combates modernos têm sido travados em ambientes operacionais cada vez mais humanizados, ocorrendo, de forma predominante, em núcleos urbanos ou em regiões que contam com larga presença de civis. Como consequência, o planejamento do emprego da Expressão Militar do Poder Nacional para a solução de conflitos demanda minucioso planejamento e requer, até mesmo, a adoção de medidas inéditas (BRASIL, 2017b).

Assim, os problemas com os quais os efetivos militares se deparam no contexto das operações terrestres são exponencialmente maiores, particularmente quando verificamos o surgimento diário de novos atores em presença no campo de batalha, “nem sempre visíveis às forças empregadas” (BRASIL, 2020, p 1-2).

Dessa forma, em que pesem as transformações ocorridas no ambiente operacional, a Inteligência Militar “mantém o objetivo básico de identificar ameaças, minimizando incertezas e possibilitando o aproveitamento de oportunidades, o que contribui decisivamente para o sucesso da operação militar” (BRASIL, 2015a, p 1-2).

No combate atual, a Inteligência não é empregada somente na mera descrição das forças militares oponentes e de suas capacidades de combate. Deve possibilitar, também, uma ampla compreensão dos agentes presentes no ambiente operacional: cultura, motivações, perspectivas, objetivos, aprovação popular e apoio que recebe ou pode receber. (BRASIL, 2015a, p 1-1)

Como consequência, a função de combate inteligência é uma atividade particularmente complexa que deve considerar um número elevado de variáveis, de forma a possibilitar ao comando obter plena consciência situacional do entorno operativo onde se desdobram as forças militares (BRASIL, 2015a, p 1-1).

A Contraineligência (CI) é o ramo da Inteligência (Intlg) com a responsabilidade de impedir que forças oponentes acessem dados e conhecimentos sensíveis, conforme descreve Brasil (2015a). Para tanto, é voltada à

[...] prevenção, detecção, obstrução e neutralização da atuação da Inteligência adversa e das ações de qualquer natureza que possam se constituir em ameaças à salvaguarda de dados, informações, conhecimentos e seus suportes, tais como documentos, áreas, instalações, pessoal, materiais e meios de tecnologia da informação (BRASIL, 2015b, p 5-2).

No contexto das operações terrestres, a CI atinge seu nível de desenvolvimento mais elevado, demandando medidas específicas para cada situação (BRASIL, 2019). Seguir uma metodologia de planejamento adequada se torna, então, essencial para contribuir com a solução de qualquer problema militar (BRASIL, 2017b).

O planejamento é contínuo desde a situação de paz e se mantém atualizado com a evolução do ambiente operacional, na prevenção de ameaças, no gerenciamento de crises e na solução de conflitos armados, e prossegue, mesmo após o emprego dos vetores militares e das agências civis necessários ao cumprimento das missões (BRASIL, 2017b, p 2-2).

O Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT), utilizado pelo Exército Brasileiro (EB), consiste em uma “metodologia desenvolvida para ser empregada na solução de problemas militares e estabelecer mecanismos de acompanhamento e controle das ações planejadas” (BRASIL, 2017a, p 2-22), proporcionando uma forma de análise mais abrangente, incluindo as ameaças e o ambiente operacional (BRASIL, 2020).

Em face do exposto, a escolha do tema “O emprego da Contraineligência Militar no planejamento e execução das operações militares em situação de guerra”, mais amplo, foi estabelecido em decorrência da transformação da natureza dos conflitos, que impacta diretamente no grau de complexidade necessário ao planejamento do Exército Brasileiro para o emprego de tropas em operações. Aliado a este fator, novas ameaças surgem a cada instante, refletindo no planejamento da Contraineligência Militar em sua vertente operacional.

Por esta razão, no âmbito do Exército, ainda há necessidade de se compreender o tema com maior profundidade, por meio de discussões acadêmicas e

estruturadas, particularmente na evolução da arte da guerra e na pouca literatura existente acerca do assunto.

A fim de direcionar o estudo, o problema formulado pretende responder como a Contraineligência Militar pode ser empregada de forma mais adequada no Processo de Planejamento das Operações Terrestres, a fim de identificar boas práticas que possam contribuir com a evolução doutrinária.

Este trabalho tem como objetivos, então, identificar as ações, o emprego e/ou o papel da Contraineligência Militar no Processo de Planejamento das Operações Terrestres, nas suas fases conceitual e detalhada; além de identificar contribuições para a evolução da CI durante a realização do PPCOT.

Para tornar o presente estudo possível, este trabalho se caracteriza por ser uma pesquisa de natureza básica do tipo exploratória, amparada por revisão bibliográfica cujas fontes são baseadas em manuais, artigos, revistas e dados coletados na rede mundial de computadores (*internet*). A abordagem realizada é do tipo qualitativa, com vistas a interpretar as pautas levantadas e responder ao problema apresentado, tomando como base os objetivos elencados.

Como caminho definido para atingir as metas propostas, o trabalho foi estruturado em capítulos, nos quais onde serão conceituados e desenvolvidos os seguintes assuntos, respectivamente: o Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres; a Contraineligência Militar; e o Papel da Contraineligência no Planejamento das Operações Terrestres.

2 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES (PPCOT)

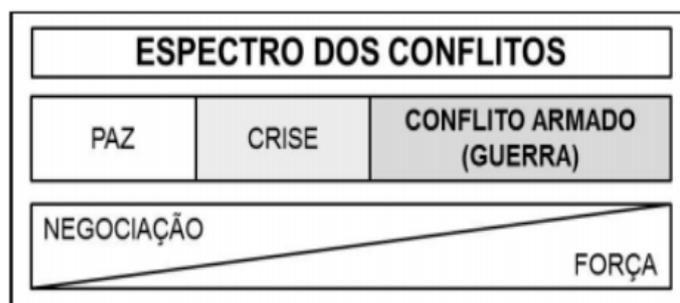
Durante os principais conflitos ocorridos no mundo ao longo do século XX, particularmente as duas Grandes Guerras Mundiais, os problemas militares enfrentados pelos contendores apresentavam características bem delineadas. As disputas buscavam, normalmente, a posse de acidentes no terreno que oferecessem vantagens táticas e eram balizados, normalmente, por obstáculos naturais, como rios e cadeias montanhosas (BRASIL, 2020).

Por outro lado, os conflitos atuais atraíram as operações para áreas humanizadas, com a inserção de vários atores e com regras de engajamento bastante restritivas, o que elevou o nível de complexidade do ambiente operacional e dos problemas decorrentes dessa mudança, que tem interferido nas formas de atuação das forças militares e de como os Cmt têm identificado e analisado as situações-problema (BRASIL, 2020, p 4-20).

Em outras palavras, segundo Brasil, (2015a, p 1-1), os embates ocorridos nas últimas décadas “demonstram que o tradicional confronto entre atores estatais antagônicos vem tomando configurações cada vez mais complexas, embora continuem sendo marcados pelo emprego da violência”.

O emprego de tropas na atualidade decorre, então, inserido no contexto do amplo espectro dos conflitos, de uma gama de situações que vão desde a paz estável ao conflito armado propriamente dito, ao passo em que o componente militar pode ser empregado, simultaneamente, em situações de guerra (em que a Expressão Militar do Poder Nacional é preponderante) e de não-guerra (em que outras Expressões do Poder Nacional, que não a Militar, são preponderantes) (BRASIL, 2020).

Figura 1 – Espectro dos conflitos



Fonte: Brasil (2020).

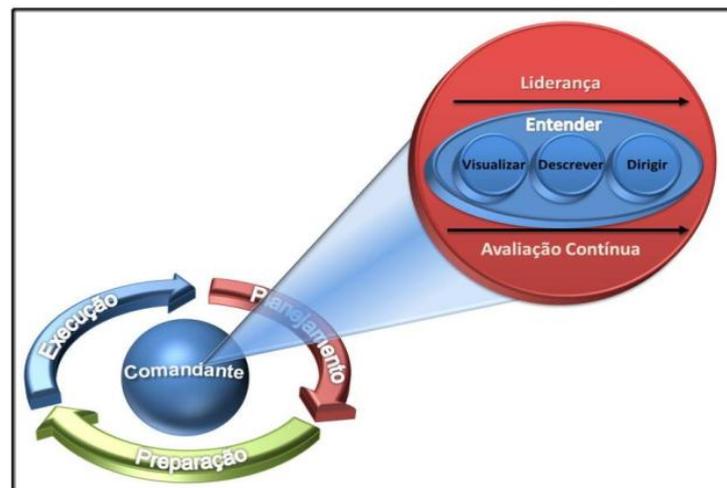
Como consequência dessas mudanças, de acordo com Brasil, (2020, p 4-20), “os Comandantes passaram a necessitar [...] de metodologias mais adequadas para abordar os problemas operacionais e táticos, como um sistema de perspectiva holística”, com o objetivo de desenvolver a habilidade de solucionar ou lidar com situações cada vez mais complexas ou pouco usuais que, dificilmente, seriam solucionadas pelas “técnicas cartesianas do Exame de Situação” (BRASIL, 2020, p 4-21).

Ou seja:

... o método tradicional de Exame de Situação do Comandante pode ser insuficiente para a busca de soluções de problemas mais complexos. Nesse sentido, o PPCOT propicia uma forma de análise mais ampla, complementando o Exame de Situação, avaliando as ameaças e analisando o ambiente operacional. Assim, possibilita a correta compreensão do problema militar e uma concepção de solução mais abrangente (BRASIL, 2020, p 1-3).

Dessa forma, o PPCOT “orienta o desenvolvimento dos planejamentos conceituais e detalhados para que o Comandante possa entender, visualizar e descrever o ambiente operacional [...], além de uma adequada tomada de decisão” (BRASIL, 2020, p 3-1).

Figura 2 – O PPCOT



Fonte: Brasil (2020).

Para que possa ser melhor compreendido didaticamente e executado na prática, o PPCOT subdivide seus processos de planejamento e condução das operações terrestres em subprocessos e suas respectivas tarefas afins, dos quais apenas os primeiros são objetos do presente estudo (BRASIL, 2020, p 2-2).

Figura 3 – Visão geral do PPCOT

PROCESSO	SUBPROCESSO	TAREFA
Planejamento	Componente conceitual - Metodologia de Concepção Operativa do Exército (MCOE)	Compreender as orientações e diretrizes recebidas.
		Avaliar o ambiente operacional.
		Identificar o problema.
		Desenvolver a Abordagem Operativa.
		Emitir a Diretriz de Planejamento (DIPLAN).
	Componente detalhado - Exame de Situação	Analisar a missão.
		Analisar a situação.
		Analisar as possibilidades do inimigo e as linhas de ação.
		Comparar as linhas de ação.
		Decidir.
		Elaborar planos e ordens.
Condução	Preparação	Realizar a preparação dos vetores militares e civis envolvidos.
	Execução	Executar a operação planejada.
	Avaliação e Controle da Operação Planejada	Avaliar e controlar as operações terrestres, em coordenação com todos os vetores militares e civis envolvidos, por meio de um Centro de Coordenação de Operações (CCOp) em coordenação com o CCOp do escalão enquadrante (avaliação contínua das operações).

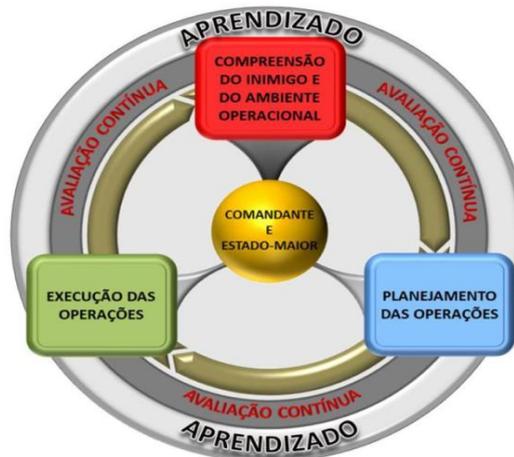
Fonte: Brasil (2020)

2.1 O PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES

Planejar, é conceber a solução para um problema militar. É combinar arte e ciência para obter a mais precisa compreensão sobre ele, vislumbrando o estado final ou os objetivos que se desejam alcançar quando o problema for resolvido e estabelecendo formas eficazes para que isso aconteça (BRASIL, 2020, p 4-1).

O planejamento das operações terrestres consiste em um “processo cíclico, contínuo e adaptativo”, cuja execução não finaliza quando da emissão dos planos e/ou ordens. Ao contrário, ele deve ser permanentemente acompanhado e reajustado, à medida em que a situação dos combates evolui (BRASIL, 2020, p 4-1).

Figura 4 – Ciclo das Operações Terrestres



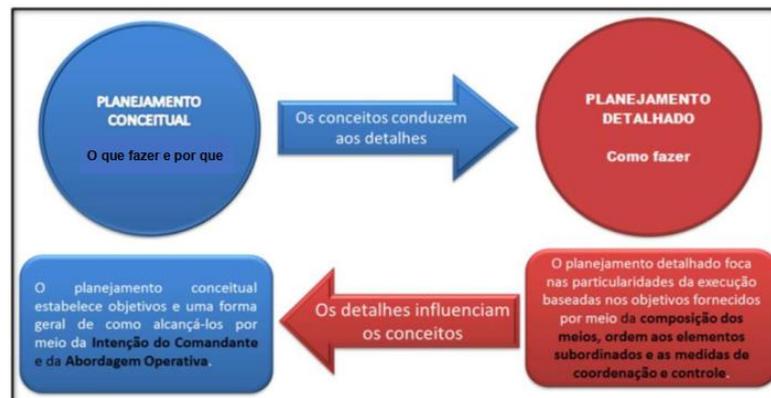
Fonte: Brasil (2020).

A fim de fornecer ao Comandante a consciência situacional mais ampla e realista acerca dos fatos que circundam ou compõem o problema militar a ser solucionado, o planejamento de emprego da Força Terrestre deve integrar seus componentes conceitual e detalhado.

O componente conceitual “consiste em avaliar o ambiente operacional, formular o problema, determinar o estado final da operação e estabelecer objetivos e o sequenciamento da operação em termos gerais (abordagem operativa)” (BRASIL, 2020, p 4-4), auxiliando em uma compreensão mais abrangente da situação.

Já o componente detalhado “traduz a abordagem operativa em um plano completo, com o detalhamento requerido à execução” (BRASIL, 2020, p 4-4), com seu enfoque principal vocacionado aos detalhes de como a operação será desencadeada e conduzida.

Figura 5 – Planejamento integrado



Fonte: Brasil (2020).

Como forma de permitir um entendimento mais completo acerca do ambiente operacional, ainda na fase de planejamento, “aspectos militares e não militares que diferem uma área de operações para a outra e afetam as operações” devem ser conhecidos, estudados e considerados nos planejamentos. Tais aspectos são chamados de “fatores operacionais” e abrangem as dimensões física, humana e informacional do espaço de batalha (BRASIL, 2020, p 3-8).

Figura 6 – Fatores operacionais



Fonte: Brasil (2020).

Os fatores operacionais, por sua vez, relacionam-se diretamente com os “fatores da decisão”, que são: “missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios e apoios disponíveis, tempo e considerações civis”. Sob o acrônimo de MIT e MeTeC, estes “descrevem as características de uma área de operações e são concentrados na análise de como podem afetar o cumprimento da missão” (BRASIL, 2020, p 3-10).

Assim, ao passo em que o estudo dos fatores operacionais pode contribuir com a construção de uma base de informações relevantes, o aprofundamento nos fatores da decisão permite abordar aspectos significativos com potencial de alterar o resultado das operações (BRASIL, 2020).

Atualmente, na doutrina empregada pelo Exército Brasileiro, três metodologias embasam o planejamento das operações terrestres: a do componente conceitual, ou Metodologia para a Concepção Operativa do Exército (MCOE); a do componente

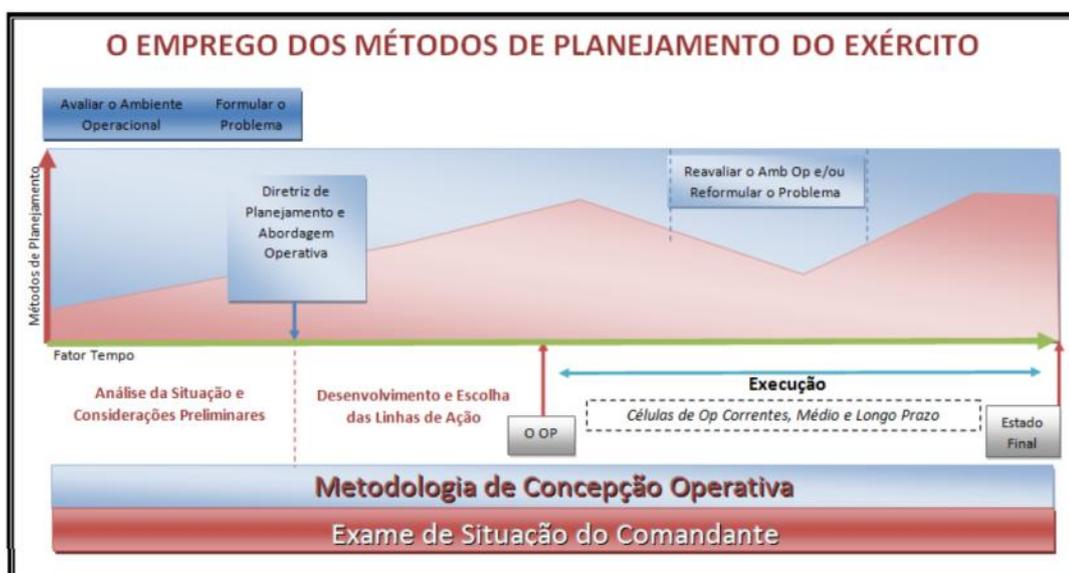
detalhado, ou Exame de Situação; e o Trabalho de Comando. Este último, por se destinar aos escalões até o nível subunidade, não é objeto do presente trabalho (BRASIL, 2020, p 4-5).

2.2 RELAÇÃO ENTRE A MCOE E O EXAME DE SITUAÇÃO

Usualmente, os planejamentos são iniciados pela MCOE, particularmente quando o problema com que o Comandante se depara é completamente novo ou quando da expectativa de emprego em operações de longa duração, permitindo uma avaliação mais precisa acerca do ambiente operacional e, por consequência, contribuindo com a construção de uma consciência situacional mais ampla. No entanto, é possível que ela seja empregada antes, simultaneamente ou, até mesmo, depois do Exame de Situação (BRASIL, 2020, p 4-6).

À medida em que o componente detalhado assume protagonismo no âmbito dos planejamentos, o conceitual permanece sendo monitorado e avaliado continuamente, à luz do ambiente operacional, “com a finalidade de identificar as alterações que possam interferir no cumprimento da missão” (BRASIL, 2020, p 4-7). Nesses casos, é possível que reajustes sejam realizados, inclusive com a reformulação do problema militar propriamente dito e as consequentes correções de rumos do Exame de Situação.

Figura 7 – Emprego dos métodos de planejamento



Fonte: Brasil (2020).

Dessa maneira, “a MCOE e o Exame de Situação são ferramentas de planejamento mutuamente complementares. No entanto, em uma situação ideal, a MCOE orientará o Exame de Situação” (BRASIL, 2020, p 4-8).

2.3 METODOLOGIA DE CONCEPÇÃO OPERATIVA DO EXÉRCITO (MCOE)

“A MCOE, que sintetiza o componente conceitual do planejamento, é empregada na aplicação do pensamento crítico e criativo para entender, visualizar e descrever os problemas militares e, assim, desenvolver abordagens para solucioná-los” (BRASIL, 2020, p 4-22). Em que pese sua utilidade, no entanto, faz-se necessário integrá-la ao planejamento detalhado.

Considerando a necessidade de um entendimento mais abrangente acerca de problemas mais complexos, é mister que a MCOE seja trabalhada coletivamente, no âmbito dos Estados-Maiores, contribuindo com uma maior gama de perspectivas e pontos de vista (BRASIL, 2020).

A metodologia permite atingir um estado mental que inclui o entendimento detalhado acerca do ambiente operacional, em todas as suas dimensões. Assim, o Comandante tem melhores condições de estabelecer o Estado Final Desejado (EFD) para a operação; determinar os problemas a serem solucionados; e conceber uma abordagem operativa para a solução desses problemas (BRASIL, 2020, p 4-23).

A Metodologia de Concepção Operativa do Exército se constitui em um processo composto por quatro etapas: compreensão das orientações e diretrizes, em que se faz necessária a análise e o entendimento das documentações dos escalões superiores, servindo como ponto de partida para os planejamentos; avaliação do ambiente operacional, por meio da interpretação dos fatores operacionais e da decisão e a consequente definição das situações atual e desejada, contribuindo com o estabelecimento do EFD; definição do problema, que é aquilo que impede que se parta da situação atual para atingir o EFD; e desenvolvimento da abordagem operativa (BRASIL, 2020).

A abordagem operativa, também chamada de abordagem operacional, é “uma descrição genérica das ações que elementos subordinados devem executar para que as condições atuais sejam transformadas nas que definem o EFD” (BRASIL, 2020, p 3-4). Quando eficaz, ela “descreve, de forma geral (genérica), - O QUÊ, QUANDO, ONDE e, de forma sumária, COMO - o Comandante pretende empregar o

poder de combate para cumprir a missão [...] e serve de elo entre os planejamentos conceitual e detalhado” (BRASIL, 2020, p 3-6).

Figura 8 – Abordagem operativa



Fonte: Brasil (2020).

2.4 EXAME DE SITUAÇÃO

O exame de situação do comandante é o componente do processo sistemático de planejamento detalhado de emprego dos elementos da Força Terrestre (F Ter) que visa a dar uma sequência lógica e ordenada aos diversos fatores que envolvem o processo decisório nas operações no amplo espectro. É um método cartesiano para a solução de problemas militares, consagrado pelo uso. O seu ponto de partida é o problema militar, definido com máxima clareza e precisão. Consiste na análise dos chamados fatores da decisão, de modo a detalhar as condições de execução das ações para o cumprimento da missão (BRASIL, 2020, p 4-35).

De acordo com Brasil (2020, p 4-35), “o processo se desenvolve na sequência ou paralelo à MCOE, ou diretamente após o recebimento da missão do escalão superior [...] e é imprescindível ao planejamento da operação”, uma vez que ele permitirá que todas as ações a serem executadas sejam efetivamente detalhadas e será a base para a confecção de todos os planos e/ou ordens decorrentes.

O Exame de Situação é um processo que se constitui de seis fases sequenciais e, assim como a MCOE, deve ser contínuo e reajustado à medida em que os planejamentos evoluírem e novas informações surgirem (BRASIL, 2020, p 4-38). Dessa forma, é imperativo que seja “realizado um esforço de inteligência para que o Comandante e o Estado-Maior disponham do maior número possível de informações para reduzir a incerteza no momento da execução das operações” (BRASIL, 2020, p 4-39).

As fases do componente detalhado do planejamento são: análise da missão e considerações preliminares, contribuindo com uma percepção clara do problema antes mesmo de se tentar buscar a respectiva solução; situação e sua compreensão, que é a análise detalhada de todos os assuntos relativos ao problema a ser enfrentado; possibilidades do inimigo, linhas de ação e confronto, apresentando as possíveis linhas de ação levantadas para o inimigo e para as nossas próprias forças, confrontando-as com as primeiras; comparação das linhas de ação, em que será escolhida a linha de ação com maiores probabilidades de sucesso, dentre as levantadas na fase anterior; decisão, que é um direcionamento geral para que a missão seja cumprida; e emissão de planos e/ou ordens, fornecendo todos os detalhes necessários ao cumprimento da missão (BRASIL, 2020, p 4-39 e 4-40).

2.5 CONCLUSÃO PARCIAL

Conclui-se parcialmente que, nos combates contemporâneos, faz-se necessário o emprego de uma metodologia mais adequada para abordar os problemas operacionais com os quais as tropas se deparam, uma vez que apenas o método tradicional do Exame de Situação pode não ser suficiente para a solução de problemas de maior complexidade. Nesse contexto, a MCOE surgiu para preencher tal lacuna, sendo empregada antes ou paralelamente ao componente detalhado do planejamento, sendo ambas ferramentas mutuamente complementares.

3 A CONTRAINTELIGÊNCIA MILITAR

3.1 DEFINIÇÕES BÁSICAS

Como descreve Brasil (2019, p 1-1), a “Contrainteligência é o ramo da atividade de Inteligência Militar voltado para prevenir, detectar, identificar, avaliar, obstruir, explorar e neutralizar a atuação da Inteligência adversa”, além de outras ações de naturezas distintas, que possam se constituir em ameaças aos ativos do Exército.

Sinteticamente, consideram-se como ativos, para a Força, todos os “dados, conhecimentos, áreas, instalações, pessoas e meios que o Exército Brasileiro tenha interesse em preservar “(BRASIL, 2019, p 1-1).

Assim como o ramo da Inteligência, o ramo da Contrainteligência (CI) “produz conhecimentos para o assessoramento do processo decisório” (BRASIL, 2019, p 1-2) e se constitui em uma das atividades da Função de Combate Proteção, o que significa que deve ser considerada tanto em situações de paz quanto em operações (BRASIL, 2019).

Dessa maneira, as atividades relacionadas à Contrainteligência precisam ser observadas em todos os níveis e escalões, inclusive por meio da ação de comando e da liderança, não se limitando apenas aos integrantes do Sistema de Inteligência do Exército (SIEEx) (BRASIL, 2019).

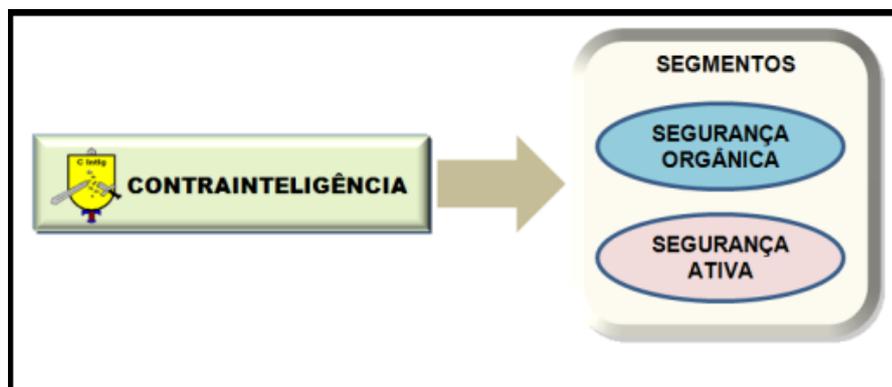
As ações de CI, por sua natureza dinâmica e considerando as ameaças em contínua transformação, demanda permanente aplicação, acompanhamento e reavaliação, envolvendo “comportamentos, atitudes preventivas, proatividade e adoção consciente de medidas efetivas” por parte de todos os integrantes da Força (BRASIL, 2019, p 1-2).

Conforme Brasil (2019, p 1-3), a Contrainteligência tem por objetivos:

- a) Impedir que ações hostis de qualquer natureza:
 - 1) provoquem danos à integridade física de pessoal militar ou civil;
 - 2) comprometam dados, informações, conhecimentos e sistemas a eles relacionados;
 - 3) levem à perda de armamento e outros materiais de emprego militar;
 - 4) inviabilizem a utilização de áreas, instalações e meios de transporte; e
 - 5) atentem contra os valores, os deveres e a ética militar no Exército.
- b) Impedir a realização de atividades de espionagem, sabotagem, ação psicológica hostil, terrorismo ou desinformação.
- c) Induzir o centro de decisão hostil a posicionar-se de forma equivocada. (BRASIL, 2020, p 1-3)

De modo a permitir maior compreensão didática e facilitar a organização dos trabalhos, a CI se divide em dois segmentos: Segurança Orgânica, de caráter preventivo; e Segurança Ativa, de caráter preditivo. Isto significa que, enquanto a primeira tem o foco na proteção dos ativos da Força, a segunda faz frente às ameaças. Entretanto, em que pese tal classificação, os trabalhos devem transcorrer paralelamente e em complementaridade de um segmento em relação ao outro (BRASIL, 2019, p 1-4).

Figura 9 – Segmentos da Contrainteligência



Fonte: Brasil (2019).

Para uma ambientação mais adequada do leitor, faz-se necessário explicar a definição da expressão “ameaça”, citada por diversas ocasiões ao longo de todo o trabalho e nas fontes pesquisadas. Dessa maneira, trata-se da:

Conjunção de ator, motivação e capacidade de realizar ação hostil, real ou potencial, com possibilidade de, por intermédio da exploração de deficiências, comprometer as informações, afetar o material, o pessoal e seus valores, bem como as áreas e instalações, podendo causar danos ao Exército (BRASIL, 2019, p 2-1).

As ameaças decorrentes de fenômenos naturais, condições técnicas, condições ambientais ou de outra natureza também são consideradas. Por sua especificidade, essas ameaças são uma exceção ao conceito supracitado (BRASIL, 2019, p 2-1).

Figura 10 – Síntese do conceito de ameaça



Fonte: Brasil (2019).

Em outras palavras, considera-se ameaça uma situação em que os atores envolvidos, integrantes ou não do Exército e impulsionados por sentimentos ou estímulos muitas vezes subjetivos, possuem habilidade técnica e dispõem de recursos para realizar ações hostis contra o Exército Brasileiro (BRASIL, 2019).

De acordo com o previsto em Brasil (2019, p 2-3), são exemplos de ações hostis e devem ser considerados em todos os planejamentos, de paz ou de operações: ações contra instalações militares; ilícitos penais e irregularidades; utilização indevida de informações ostensivas; espionagem; sabotagem; terrorismo; ação psicológica hostil; desinformação; e ações hostis no espaço cibernético; entre outras.

3.2 SEGURANÇA ORGÂNICA

A Segurança Orgânica “preconiza a adoção de um conjunto de medidas destinado a prevenir e obstruir possíveis ameaças de qualquer natureza dirigidas contra pessoas, dados, informações, materiais, áreas e instalações”, implicando em medidas que se constituem em um “ciclo contínuo de planejamento, execução, controle e realimentação” (BRASIL, 2019, p 3-1).

Para que a Segurança Orgânica seja planejada de maneira eficaz, é necessário considerar os meios disponíveis para serem empregados com tal propósito; as deficiências internas levantadas; as ameaças reais ou potenciais a que a Força está sujeita; e o grau de segurança a que se pretende chegar, sendo este aspecto, em particular, inversamente proporcional a eventuais necessidades de conforto e/ou rapidez (BRASIL, 2019, p 3-1 e 3-2).

Considerando os riscos a que o Exército eventualmente se expõe, em operações ou não, as medidas de Segurança Orgânica a serem planejadas e executadas são divididas de acordo com a classificação dos ativos a serem protegidos, a saber: Segurança dos Recursos Humanos, Segurança do Material, Segurança das Áreas e Instalações e Segurança da Informação (BRASIL, 2019, p 3-2).

3.2.1 Medidas de segurança dos recursos humanos

Representa o grupo de medidas de segurança voltadas à proteção e manutenção das integridades física e moral do pessoal do Exército ante a ameaças contra este ativo (BRASIL, 2019, p 3-3).

3.2.2 Medidas de segurança do material

Este grupo de medidas visa a mitigar os possíveis impactos de ações contra o material em geral, uma vez que, conforme as eventuais dificuldades de se realizar substituições ou reparos, pode comprometer a capacidade que determinada fração possui para cumprir suas missões administrativas e/ou operacionais (BRASIL, 2019, p 3-4).

3.2.3 Medidas de segurança das áreas e instalações

“Consiste no grupo de medidas voltadas para os locais em que ocorram atividades humanas ou nos quais são elaboradas, tratadas, manuseadas ou guardadas informações e materiais, com a finalidade de salvaguardá-los”, sejam estes locais instalações permanentes, como os aquartelamentos em geral, ou temporárias, em que enquadram quaisquer estruturas desdobradas para o adestramento e/ou emprego das tropas. Assim, por sua essência, este grupo perpassa todas as atividades de Segurança Orgânica, complementando-as. (BRASIL, 2019, p 3-5).

3.2.4 Medidas de segurança da informação

A Segurança da Informação se destina “a garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade (sigilo), autenticidade, irretratabilidade (não repúdio) e atualidade da informação, em todo o seu ciclo de vida”, em quaisquer meios ou formas de produção, armazenamento e transmissão, tratando-se de “recurso vital para o adequado funcionamento de toda e qualquer Organização Militar (OM)”, na paz ou na guerra (BRASIL, 2019, p 3-10).

Por sua amplitude e complexidade, e considerando-se que a informação pode estar contida em diferentes meios, este grupo se divide nos seguintes subgrupos: Segurança da Informação no Pessoal, Segurança da Informação na Documentação,

Segurança da Informação no Material, Segurança da Informação nos Meios de Tecnologia da Informação e Comunicações e Segurança da Informação nas Áreas e Instalações (BRASIL, 2019, p 3-13).

3.3 SEGURANÇA ATIVA

Ao contrário da Segurança Orgânica, a Segurança Ativa se baseia na adoção de medidas de caráter eminentemente preditivo e conduzidas por especialistas, destinadas a “detectar, identificar, avaliar, explorar e neutralizar as ameaças, de qualquer natureza, contra o Exército Brasileiro” (BRASIL, 2019, p 4-1).

Por sua natureza prospectiva e para que possa subsidiar adequadamente os planejamentos nos diversos níveis, este segmento da Contraineligência emprega seus meios, inclusive na busca de dados negados e/ou protegidos, “mediante criterioso processo que caracterize um ciclo contínuo de planejamento, execução, controle e realimentação” (BRASIL, 2019, p 4-1).

Conforme prevê Brasil (2019, p 4-1), a Segurança Ativa divide-se nos seguintes grupos de medidas: Contraespionagem, Contraterrorismo, Contrassabotagem, Contra-ações Psicológicas e Contraineligência Interna.

3.3.1 *Contra espionagem*

Conceitualmente, a espionagem se constitui em uma ação que pode ser realizada por integrantes do Exército ou por agentes externos, pertencentes ou não a serviços de Inteligência, com vistas à “obtenção de conhecimento, dado sigiloso, documento ou material para beneficiar Estados, grupos de países, organizações, facções, empresas, personalidades ou indivíduos”. Dessa maneira, este grupo de medidas se destina a “a detectar, identificar, avaliar, explorar e neutralizar ações de espionagem” (BRASIL, 2019, p 4-2).

3.3.2 *Contraterrorismo*

Terrorismo é a forma de ação que consiste no emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos, apoiados ou não por estados nacionais, com o intuito de coagir um governo, uma autoridade, um indivíduo, um grupo ou mesmo toda a população a adotar determinado comportamento (BRASIL, 2019, p 4-4).

Entretanto, faz-se necessário destacar que a definição supracitada, descrita no Manual de Contraineligência do Exército Brasileiro, difere parcialmente do previsto na chamada “Lei Antiterror”, em seu artigo 2º, segundo a qual o terrorismo consiste:

[...] na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública (BRASIL, 2016b).

O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei (BRASIL, 2016b).

Em que pesem ambos os conceitos apresentados não serem exatamente semelhantes, sendo o primeiro mais genérico e o outro focado para o ambiente nacional, a realidade atual aponta que o terrorismo “tornou-se uma ameaça mundial, não existindo fronteiras políticas ou geográficas que limitem seu alcance”. Por esta razão, “independentemente de suas origens, tendências ideológicas e objetivos específicos, o terrorismo é objeto de estudo e de interesse permanente da Atividade de Inteligência”, sendo o respectivo grupo de medidas voltado “para a detecção, identificação, avaliação e neutralização de atos e ameaças” dessa natureza (BRASIL, 2019, p 4-4).

3.3.3 *Contra sabotagem*

A sabotagem pode definida como qualquer ação clandestina, com a intenção de “perturbar, interferir, causar dano, destruir ou comprometer o funcionamento normal de diferentes sistemas nos campos político, econômico, científico-tecnológico, psicossocial e militar”, podendo “variar de simples ações individuais, aparentando acidentes, até atos de grande porte com objetivos estratégicos” (BRASIL, 2019, p 4-6).

Assim, este grupo de medidas se destina a “detectar, identificar, avaliar, explorar e neutralizar atos de sabotagem contra a Instituição, pessoas e seus valores, documentos, materiais, equipamentos e instalações, cuja preservação” é de interesse da Força (BRASIL, 2019, p 4-6).

3.3.4 *Contra ações psicológicas*

Este grupo de medidas visa a “detectar, identificar, avaliar, explorar e neutralizar a ação psicológica hostil, em especial a propaganda, que possa causar prejuízos e danos ao Exército Brasileiro”, anulando possíveis efeitos “de influência psicológica sobre o público interno e sobre os segmentos sociais de seu interesse” (BRASIL, 2019, p 4-8).

3.3.5 *Contrainteligência interna*

Grupo de medidas da Segurança Ativa destinado a acompanhar as ações dos integrantes do público interno de modo a detectar, identificar, avaliar, explorar e neutralizar ameaças que possam gerar riscos para os valores, os deveres e a ética militar no Exército (BRASIL, 2019, p 4-12).

3.3.6 *Desinformação*

A depender de sua natureza, a Desinformação pode ser conceituada, segundo Brasil (2019, p 4-2), como sendo um (a):

- a) técnica especializada utilizada para iludir ou confundir um centro decisor, por meio da manipulação planejada de informações falsas ou verdadeiras, visando, intencionalmente, a induzi-lo a erro de avaliação; ou
- b) fenômeno decorrente de acentuadas deficiências em exatidão, amplitude e/ou aprofundamento das informações disponíveis aos decisores e ao público em geral. A desinformação leva a uma percepção significativamente equivocada, incompleta ou distorcida da realidade e, por fim, promove decisões e comportamentos inadequados às circunstâncias.

Por esta razão, ainda que não constitua um grupo de medidas específico, a Desinformação, quando “empregada por atores hostis, deve ser tratada como ameaça e precisa ser detectada, identificada, avaliada, explorada e neutralizada com oportunidade” e, por suas características, “permeia todo o segmento de Segurança Ativa” (BRASIL, 2019, p 4-2).

3.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Infere-se parcialmente que a Contrainteligência possui papel fundamental no esforço de proteção dos ativos do Exército Brasileiro, atuando de forma a detectar, neutralizar, impedir e/ou mitigar a atuação da Inteligência oponente e a realização de

diferentes ações hostis que possam se constituir em ameaças à Força, adotando, para isso, atitudes de caráter punitivo e preventivo, tanto em situação de paz quanto no emprego de tropas em operações militares.

4 O PAPEL DA CONTRAINTELIGÊNCIA NO PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES

4.10 PLANEJAMENTO DA INTELIGÊNCIA MILITAR EM OPERAÇÕES

A Inteligência tem como propósito, por intermédio de seus dois ramos, “assessorar o processo decisório de autoridades políticas e militares, além de apoiar o planejamento e a condução de operações militares nas situações de paz, crise ou conflito” (BRASIL, 2011a, p 11).

Por esta razão, e a fim de que se obtenha maior segurança nas operações, faz-se necessário um planejamento contínuo que, baseado na permanente reunião de dados e/ou conhecimentos e suas respectivas análises, permita a elaboração de planos e a emissão de ordens específicas, “tendo em vista a constante evolução da ameaça inimiga e de nossas próprias vulnerabilidades” (BRASIL, 2011a, p 39).

O Planejamento de Contrainteligência considera, em sua concepção, que:

cada integrante do Exército tem responsabilidades para com as atividades e tarefas de proteção da Força, adotando medidas adequadas às necessidades de sua OM ou de sua respectiva área de responsabilidade. Essas responsabilidades envolvem comportamentos, atitudes preventivas, proatividade e adoção consciente de medidas de segurança efetivas (BRASIL, 2019, p 5-1).

Destaca-se ainda que, durante o emprego em operações militares, “a atuação da Contrainteligência alcança seu nível mais elevado de desenvolvimento e, para cada situação, surge a necessidade da aplicação de medidas específicas” (BRASIL, 2019, p 5-1), o que demanda criterioso estudo.

Dessa forma, o binômio planejamento/condução dos trabalhos de Inteligência, particularmente durante o emprego em operações, constitui-se em um “processo contínuo e permanente no tempo”, a fim de permitir a produção de conhecimentos necessários aos diversos escalões, “sem solução de continuidade” (BRASIL, 2016a, p 2-1).

Este processo permite, então, por intermédio de análises específicas e aplicáveis em todos os escalões:

Avaliar as possibilidades da Inteligência inimiga, a fim de determinar a sua capacidade de atuação e os consequentes efeitos sobre as nossas linhas de ação, levando-se em consideração a eficiência de nossas medidas de CI na sua neutralização (BRASIL, 2011a, p 38).

Resumidamente, o planejamento da Inteligência Militar para as operações terrestres é realizado por meio de dois processos distintos, por sua natureza, mas complementares entre si: o Exame de Situação de Inteligência (ExmSit Intlg), “fundamental em qualquer processo decisório” e caracterizado “pela execução de tarefas relativas à integração do Terreno – Condições Meteorológicas – Inimigo – Considerações Civas, conhecida pela sigla PITCIC”, provendo análises e conhecimentos específicos acerca da “situação, das possíveis Linhas de Ação (L Aç) das ameaças e as suas vulnerabilidades”; e o Exame de Situação de Contraineligência (ExmSit C Intlg), que aponta as “possibilidades da Intlg da ameaça e suas repercussões sobre nossas L Aç” (BRASIL, 2016a, p 2-1), cujos conhecimentos contribuem com os planejamentos de todas as Seções do Estado-Maior.

4.1.1 Exame de situação de inteligência

No que se refere ao presente trabalho, o ExmSit Intlg não se constitui em conteúdo a ser aprofundado. Apesar disso, no intuito de contribuir com uma melhor compreensão geral acerca do assunto em estudo, cabe destacar que se trata de um “processo sistemático de planejamento detalhado de emprego dos elementos da F Ter que visa a dar uma sequência lógica e ordenada aos diversos fatores que envolvem o processo decisório nas Operações no Amplo Espectro” (BRASIL, 2016a, p 3-1).

Assim, ele compreende uma análise aprofundada que abrange tanto a missão recebida quanto a compreensão da situação em que a tropa se encontra, englobando, nesta etapa, os estudos relativos às condições meteorológicas; às características da área de operações; à situação do inimigo ou da ameaça a ser enfrentada; às considerações civis; às possibilidades do inimigo, suas linhas de ação e confronto com as nossas próprias L Aç levantadas; possibilitando, ao final dos trabalhos, que se chegue a algumas conclusões que contribuirão com o prosseguimento dos planejamentos (BRASIL, 2016a, p 3-1 a 3-8).

4.1.2 Exame de situação de Contraineligência

De modo geral, a Contraineligência atende à mesma concepção tanto em tempo de paz quanto de guerra, tendo este assunto sido aprofundado anteriormente

no presente trabalho. No entanto, como forma de permitir maior compreensão, ressalta-se que, em operações terrestres, ela tem por finalidades:

- impedir que uma força inimiga, real ou potencial, adquira conhecimentos sobre nossa ordem de batalha, situação em material, pessoal, planos, vulnerabilidades e possibilidades;
- impedir ou reduzir os efeitos das atividades de espionagem, sabotagem, desinformação, propaganda adversa e terrorismo contra as nossas forças;
- proporcionar liberdade de ação para o Comando;
- contribuir para a obtenção da surpresa;
- impedir ou limitar as ações que possibilitem a força inimiga de obter a surpresa;
- impedir ou neutralizar as ações hostis que possam afetar o potencial de nossas forças; e
- induzir o centro de decisão adversário à tomada de decisões equivocadas (BRASIL, 2016a, p 4-1).

Para que as atribuições supracitadas sejam passíveis de realização, a Contraineligência deve empregar todas as fontes disponíveis (humanas, sinais, imagens, abertas e cibernética, entre outras), planejando ações que possam neutralizar ou mitigar tais riscos, considerando, para isso, que a Inteligência inimiga dispõe de recursos e capacidades, no mínimo, semelhantes aos nossos (BRASIL, 2016a, p 4-1).

O ExmSit C Intlg se trata, então, de uma “avaliação das possibilidades da Inteligência inimiga, a fim de determinar a probabilidade relativa e a potencialidade dessas possibilidades e os consequentes efeitos sobre nossas linhas de ação”. Para isto, é necessário que as capacidades da nossa própria CI em se opor a essas possibilidades seja avaliada, propondo-se, quando for o caso, o incremento de medidas adicionais ou ajustes das já planejadas (BRASIL, 2016a, p 4-2).

A Contraineligência deve pensar além de uma ação hostil óbvia, pois contra ela, normalmente, haverá uma proteção adequada. A Contraineligência busca, principalmente, o que está além da linha do trivial. Seu horizonte deve ser, ao mesmo tempo, curto para observar os detalhes de uma ameaça, mas longo, para observar o impacto que ocorrerá na Operação caso o inimigo explore uma vulnerabilidade (RAMOS, 2022, p 27).

Desta maneira, os trabalhos são direcionados como forma de se conhecer “a ordem de batalha das unidades, organizações e órgãos inimigos que executam a atividade de Inteligência, Comunicação Social e de Operações Psicológicas”. Além disso, devem ser levantadas as forças inimigas capazes de realizar outras ações hostis já descritas neste trabalho (BRASIL, 2016a, p 4-3).

O Exame de Situação de Contrainteligência se constitui, então, em pré-requisito fundamental para que o Plano de Contrainteligência, ou o respectivo Apêndice ao Anexo de Intlg da Ordem de Operações, possa ser confeccionado. Ademais, “subsidiará o Oficial de Segurança Orgânica (OSO) na elaboração do Programa de Desenvolvimento da Contrainteligência (PDCI)” do escalão considerado e a confecção de Planos e Ordens a cargo da Célula de Proteção, em todos os níveis (BRASIL, 2016a, p 4-3).

Por fim, O ExmSit C Intlg se estrutura, de maneira abrangente e superficial, nas quatro etapas a seguir, cujo enfoque é dado na proteção dos ativos do Exército e na mitigação de ameaças à Força: missão, transmitindo uma idéia clara acerca das principais ameaças e vulnerabilidades a que nossas tropas estão sujeitas; características da área de operações, em que se desenvolvem tópicos sobre as forças amigas na área, dados gerais sobre o inimigo, o terreno, as condições meteorológicas e as considerações civis; situação das forças inimigas, com o aprofundamento de suas atividades, unidades, doutrina e ordem de batalha; e capacidades das forças inimigas, avaliando as suas possibilidades de realizar ações hostis e/ou de Intlg (BRASIL, 2016a, p 4-3 a 4-5).

4.2 A CONTRAINTELIGÊNCIA MILITAR NA MCOE

Usualmente, A MCOE é o ponto de partida dos planejamentos das operações terrestres, particularmente quando o problema militar a ser enfrentado é novo ou há expectativa de emprego em operações de longa duração, conforme o descrito no respectivo capítulo deste trabalho.

Sua integração com as atividades de Inteligência, considerando ambos os ramos, ocorre, de maneira mais específica, durante a 2ª etapa do componente conceitual do planejamento, que consiste na avaliação do ambiente operacional, em que se trabalha na construção de “modelos mentais para auxiliar os indivíduos a compreenderem situações e responder a eventos”, permitindo, ainda, “selecionar, organizar, interpretar e dar sentido a um ambiente operacional e a um problema, contextualizando-os” (BRASIL, 2020, p 4-24).

Esta avaliação tem ênfase nos fatores operacionais e da decisão, que auxiliarão na identificação dos atores envolvidos, suas relações e as tendências presentes, além do levantamento dos “aspectos relacionados ao inimigo, ao terreno

e às considerações civis”, embasando a construção de um cenário e a proposição do Estado Final Desejado (EFD) para a operação (BRASIL, 2020, p 4-25).

A Contrainteligência permite, assim, que ainda nesta etapa, sejam detectadas, identificadas e avaliadas, mesmo que parcialmente, as ameaças aos ativos do Exército, contribuindo com a realização do ExmSit C Intlg, embora a atual legislação doutrinária do EB não descreva diretamente as relações entre a MCOE e a CI.

Este aspecto também é explorado por Ruiz (2022, p 9), quando aborda a pouca representatividade do ramo da Contrainteligência em operações no âmbito da doutrina do Exército brasileiro, uma vez que o foco deste ramo da Intlg “está voltado, em sua maior parte, para a Inteligência Institucional” (RUIZ, 2022, p 9).

Por tal razão, constata-se que há uma clara lacuna nas doutrinas da Metodologia de Concepção Operativa do Exército e de Inteligência, em especial no que tange ao ramo da Contrainteligência, durante a condução do componente conceitual do planejamento das operações terrestres.

4.3 A CONTRAINTELIGÊNCIA MILITAR NO EXAME DE SITUAÇÃO

“O exame de situação do comandante é um processo continuado e consiste em seis fases integradas” nas quais “há várias entradas de dados e informações (insumos) e um método (fase) para estudo que gera os produtos” de cada uma (BRASIL, 2020, p 4-38).

Normalmente, estas etapas são executadas individualmente e de forma sequenciada, entretanto, isto não impede que os integrantes do Estado-Maior retornem a fases anteriores a fim de revê-las ou mesmo reajustá-las, quando julgado necessário (BRASIL, 2020).

Tal afirmação é corroborada por Brasil (2020, p 4-39), ao apontar que:

“antes do exame de situação, durante as suas fases, deve ser realizado um esforço de inteligência para que o comandante e o EM disponham do maior número possível de informações para reduzir a incerteza no momento da execução das operações. Mesmo durante o planejamento, pode surgir a necessidade do levantamento de EEI não observados anteriormente, que contribuem para o desenvolvimento das linhas de ação, bem como para o levantamento das possibilidades do inimigo”.

Paralelamente, realiza-se o Exame de Situação de Contrainteligência, que irá subsidiar os planejamentos dos demais integrantes do Estado-Maior considerado e

culminar com a confecção do respectivo Plano de Contraineligência (BRASIL, 2016a, p 4-2).

Assim, a fim de permitir maior compreensão da relação existente entre o Exame de Situação como componente detalhado do planejamento das operações terrestres e o ExmSit C Intlg, faz-se necessário traçar um paralelo entre as respectivas fases e etapas, conforme se pode verificar a seguir.

4.3.1 Análise da missão e considerações preliminares

Esta fase do Exame de Situação permite que o Comandante adquira “uma idéia clara e completa do problema militar antes de tentar solucioná-lo” (BRASIL, 2020, p 4-41). Isto é resultado da interpretação da missão e da intenção dos escalões superiores, o que contribui com “uma visão que explicita o porquê da operação e as condições que devem levar ao EFD, facilitando as operações futuras” (BRASIL, 2020, p 4-41).

Simultaneamente, o Exame de Situação de Contraineligência é realizado e sua primeira etapa – MISSÃO, coincide com esta fase, como se pode depreender pela sua nomenclatura. Nesse estudo, as “principais ameaças e vulnerabilidades envolvidas na operação” são levantadas, o que direcionará a identificação dos “principais ativos a serem protegidos, de acordo com os grupos de medidas da segurança orgânica e ativa” (BRASIL, 2016a, p 4-3).

Destaca-se que, “quando a MCOE já tiver sido realizada, esta fase terá a maioria dos seus passos solucionados” (BRASIL, 2020, p 4-41), permitindo maior ênfase nas “fases de desenvolvimento das linhas de ação e do confronto, com o cuidado de considerar os dados e as informações recebidas ao longo do planejamento, caso novos elementos possam interferir nessa análise” (BRASIL, 2020, p 4-41). No entanto, nesse tipo de situação cabe a mesma ressalva realizada no último parágrafo do item 4.2 deste capítulo.

4.3.2 A situação e sua compreensão

A partir disso, “todos os dados relativos ao problema, estudados nos principais aspectos da fase anterior, serão analisados detalhadamente” (BRASIL, 2020, p 4-42). Os trabalhos se iniciam, então, pelas características da área de responsabilidade considerando-se, para tal, “os fatores operacionais que se aplicam

àquele escalão e abrangem dados das forças inimigas, das próprias forças, das forças amigas e do poder relativo de combate” (BRASIL, 2020, p 4-42).

O ExmSit C Intlg, por sua vez, é praticamente concluído ao longo desta fase, quando suas três etapas finais são desenvolvidas paralelamente ao estudo e à compreensão da situação, com foco no levantamento e detalhamento das ameaças na Área de Operações (BRASIL, 2020).

Assim, na segunda etapa do Exame de Situação de Contraineligência – características da área de operações, são apresentados os aspectos do terreno que podem ser explorados pelas ameaças, como a disponibilidade de cobertas e abrigos, vias de acesso, presença de obstáculos significativos e recursos locais que podem ser aproveitados pelo inimigo; além das condições meteorológicas e considerações civis (BRASIL, 2016a, p 4-4). Também faz parte desta etapa o estudo das forças amigas presentes na área de operações, “com ênfase em nossas vulnerabilidades [...] ante a capacidade inimiga de busca de conhecimento e/ou realizar ações de sabotagem, terrorismo, desinformação, operações psicológicas e propaganda adversa” (BRASIL, 2016a, p 4-4).

Em que pese estar previsto, ainda na etapa supramencionada, que “deverão ser considerados os dados gerais disponíveis sobre o inimigo, particularmente os relativos à sua doutrina de emprego, informações recebidas do escalão superior, ordem de operações, valor, dispositivo e composição” (BRASIL, 2016a, p 4-4), detalhes mais específicos são obtidos nas duas etapas seguintes, que praticamente se confundem e/ou se complementam.

Dessa maneira, na terceira etapa do ExmSit C Intlg – situação das forças inimigas, são pormenorizadas as atividades inimigas, “particularmente de seus Órgãos de Inteligência, bem como as unidades com capacidade de realizar ações de sabotagem, terrorismo, espionagem, operações psicológicas, propaganda adversa e desinformação” (BRASIL, 2016a, p 4-4), além de “dados e/ou conhecimentos relativos à doutrina, organização, instrução, desdobramento, material, composição, efetivos, características, técnicas, possibilidades e vulnerabilidades dos meios executantes daquelas atividades e ações” hostis (BRASIL, 2016a, p 4-4).

Quando possível, “deve-se incluir neste exame, o conhecimento que as forças inimigas possuem de nossas atividades de Inteligência e Contraineligência” (BRASIL, 2016a, p 4-5) e, quando aplicável, “as forças adversas, os grupos hostis,

organizações terroristas, organizações criminosas e outras organizações atuantes na área de operações” (BRASIL, 2016a, p 4-5).

Completando o Exame de Situação de Contraineligência, em sua quarta etapa – capacidades das forças inimigas, é realizada a “avaliação das possibilidades das diversas fontes de Inteligência e Contraineligência inimiga (humanas, imagens, sinais e cibernética)”, além determinação da probabilidade e do potencial das unidades com capacidade de realizar as ações hostis já apresentadas e “os consequentes efeitos sobre nossas linhas de ação” (BRASIL, 2016a, p 4-5), sob o enfoque da CI, por intermédio de seus dois segmentos.

Por fim, conforme previsto em Brasil (2020, p 4-39), os Planos de Inteligência e de Contraineligência devem ser finalizados neste momento, apesar da possibilidade de que novos conhecimentos sejam produzidos e levem a ajustes nos rumos das ações e tarefas afins.

4.3.3 Possibilidades do inimigo, linhas de ação e confronto

Realizada a análise da situação, é possível obter a necessária consciência situacional acerca do inimigo, de nossas forças e das forças amigas, além dos demais aspectos já apresentados. Assim, nesta terceira fase do Exame de Situação e com base nos produtos das duas fases anteriores, é feito o “estudo das possibilidades do inimigo (PsbIni), com o objetivo de chegar às suas possíveis linhas de ação e, na sequência, levantar as nossas próprias linhas de ação” (BRASIL, 2020, p 4-44), confrontando-as, uma a uma, com as do oponente, de forma a permitir os melhoramentos necessários.

Assim como ocorre com a MCOE e descrito anteriormente, não há relação entre o ExmSit C Intlg e esta fase do componente detalhado do planejamento das operações terrestres na legislação vigente, caracterizando nova oportunidade de melhoria no incremento deste assunto.

4.3.4 Comparação das linhas de ação

“O propósito do Comandante nessa fase do planejamento é selecionar a L Aç com mais chances de êxito e com menor número de baixas, dentre outros fatores enfatizados para o cumprimento da missão” (BRASIL, 2020, p 4-51). A comparação é realizada entre as linhas de ação próprias levantadas, após os respectivos

aperfeiçoamentos identificados na fase anterior, por meio de um processo objetivo e com base em critérios definidos pelo Comandante e propostos pelo Estado-Maior, como forma de avaliá-las (BRASIL, 2020).

A finalidade é que os pontos fortes, os riscos e as vulnerabilidades de cada uma sejam apresentados e, a partir disso, permita a escolha daquela que tiver maior probabilidade de sucesso.

De forma semelhante ao exposto na fase anterior, falta uma relação mais clara entre o componente detalhado e o ExmSit C Intlg. Entretanto, a Contraineligência pode contribuir de forma significativa com os estudos de riscos e vulnerabilidades das L Aç levantadas, como forma de subsidiar os respectivos aperfeiçoamentos.

4.3.5 Decisão

Na quinta fase do Exame de Situação, “após a avaliação dos méritos relativos de cada L Aç, com base nas análises apresentadas pelo seu EM, o Comandante selecionará aquela que, a seu ver, melhor atenda ao cumprimento da missão” (BRASIL, 2020, p 4-53), permitindo que o Estado-Maior possa, assim, prosseguir nos planejamentos e consolidar a preparação dos respectivos planos e/ou ordens.

Pelo fato de a decisão se tratar de prerrogativa do Comandante, esta fase não possui ligação direta com o Exame de Situação de Contraineligência, a não ser por suas contribuições realizadas nas etapas anteriores.

4.3.6 Emissão de Planos ou Ordens

A última fase do Exame de Situação consiste na finalização dos planos e/ou ordens, por meio da transformação da “L Aç aperfeiçoada e selecionada em um conceito da operação claro e conciso, conforme as normas técnicas” previstas na legislação vigente (BRASIL, 2020, p 4-53), devendo “fornecer todas as informações com o detalhamento necessário para o cumprimento da missão” (BRASIL, 2020, p 4-53).

Em que pese este ser o marco previsto para que planos e ordens sejam elaborados, os respectivos documentos para a Contraineligência já foram finalizados na segunda fase do Exame de Situação, cabendo, neste momento, a realização dos eventuais ajustes que se fizerem necessários.

4.4 O GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL

“O processo de Gerenciamento de Risco Operacional (GRO) é o meio pelo qual o Cmt e o EM definirão quais serão os riscos a serem aceitáveis para a condução das operações. O processo do GRO permanece até o cumprimento da missão” (BRASIL, 2016c, p 2-10).

Segundo prevê Brasil (2020, p 3-17), este processo se divide em seis etapas: identificação dos fatores de risco, avaliação dos riscos, seleção de medidas para mitigá-los, decisão sobre os riscos, implementação de medidas de redução de riscos e, por fim, supervisão e análise.

Ainda que o Exame de Situação de Contraineligência para o planejamento das operações tenha sido desenvolvido de maneira faseada, o GRO foi reservado de forma proposital, uma vez que, conforme Brasil (2020, p 3-18), é um processo que abrange praticamente todo o ciclo do componente detalhado do planejamento, conforme o quadro abaixo:

Figura 11 – O emprego do Gerenciamento de Risco



Fonte: Brasil (2020).

Como se pode verificar na imagem acima, o GRO se integra às fases do ExmSit com as quais o Exame de Situação de Contraineligência não possui relação direta, complementando-o.

4.5 CONCLUSÃO PARCIAL

Conclui-se, parcialmente, que, a atuação da Contraineligência atinge seu nível mais elevado de complexidade durante as operações militares, sendo seu planejamento realizado por meio de um Exame de Situação específico, com a finalidade de impedir, limitar, reduzir ou neutralizar ameaças oriundas de forças inimigas. Para isso, deve empregar todas as fontes disponíveis em prol da mitigação de eventuais riscos. No entanto, ainda que sua relevância seja indiscutível, há lacunas na legislação do EB entre o seu planejamento e o Processo de Planejamento das Operações Terrestres, necessitando que outros estudos contribuam com eventuais revisões doutrinárias.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como escopo a Contraineligência Militar no Processo de Planejamento das Operações Terrestres, estabelecido em decorrência do atual grau de complexidade necessário ao planejamento do emprego de tropas do Exército Brasileiro em operações, o que é resultado da transformação da natureza dos conflitos, particularmente com a inserção constante de novas ameaças no ambiente operacional.

Assim, o presente estudo visou identificar como a Contraineligência Militar pode ser empregada de forma mais adequada no Processo de Planejamento das Operações Terrestres, a fim de identificar boas práticas que possam contribuir com a evolução doutrinária.

Por esta razão, para alcançar o objetivo do trabalho, foram elencados os seguintes objetivos específicos: identificar as ações, o emprego e/ou o papel da Contraineligência Militar no Processo de Planejamento das Operações Terrestres, nas suas fases conceitual e detalhada; além de identificar contribuições para a evolução da CI durante a realização do PPCOT.

Para isto, na revisão da literatura foi realizada uma abordagem dos principais conceitos atinentes ao tema de estudo, os quais receberam maior atenção o Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT), especificamente nas suas fases de planejamento que abrangem a Metodologia de Concepção Operativa do Exército (MCOE) e o Exame de Situação; e a Contraineligência Militar, abordando os principais aspectos relativos à Segurança Orgânica e à Segurança Ativa.

Além dos processos supracitados, no intuito de ambientar o leitor ao assunto, foram abordados conceitos atinentes ao planejamento da CI voltado às operações terrestres, especialmente o Exame de Situação de Contraineligência.

Em resumo, os combates contemporâneos exigem novas ferramentas para se planejar o emprego de tropas, a fim de que se possa lidar com problemas militares cada vez mais complexos.

Simultaneamente, a Contraineligência deve ser pensada e conduzida desde a paz, sendo mantida até mesmo em situação de guerra, como forma de mitigar eventuais danos causados à Força por ameaças diversas, adotando ações de caráter preditivo e preventivo.

Para tanto, e considerando que a CI atinge seu ápice durante o emprego de tropas em confrontos bélicos, ela deve ser planejada por meio de Exame de Situação específico. Verificou-se, no entanto, que há lacunas na legislação doutrinária do Exército Brasileiro quando se confronta o planejamento de Contraineligência e o planejamento das operações terrestres.

Dessa maneira, não há relação doutrinária prevista nos manuais pesquisados entre o Exame de Situação de Contraineligência e a Metodologia de Concepção Operativa do Exército, ainda que o ambiente operacional seja estudado durante o componente conceitual do planejamento das operações, o que implica no levantamento, entre outros fatores, de aspectos relacionados ao inimigo, ao terreno e às considerações civis.

Exatamente por esta razão, a CI poderia ser mais bem explorada nesta etapa do planejamento das operações, contribuindo, ainda que de maneira inicial, na detecção, identificação e avaliação de ameaças aos ativos do Exército.

Verifica-se, ainda, que a Contraineligência deve ser planejada e conduzida desde a paz, sendo adaptada em situação de beligerância. Por outro lado, os planejamentos das operações tendem a ser iniciados pela MCOE, particularmente quando da ocorrência de problemas militares mais complexos. Assim, seria coerente que ambos os assuntos possuíssem relação mútua nas respectivas legislações.

Já em relação ao Exame de Situação, é possível constatar uma conexão mais clara com o ExmSit C Intlg, ainda que, pelos manuais, suas quatro etapas estejam completamente inseridas dentro das duas primeiras fases daquele. No entanto, o Gerenciamento de Risco Operacional complementa a lacuna em tela, uma vez que ele se relaciona com as quatro fases finais do componente detalhado, fazendo com que a Contraineligência Militar se faça presente, de uma forma ou de outra, em todo o Exm Sit.

Por fim, este estudo concluiu que a Contraineligência Militar pode ser mais bem explorada por ocasião do PPCOT, particularmente na execução da MCOE, o que enseja a necessidade de revisão doutrinária a fim de compatibilizar e sistematizar esta relação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Contraineligência**. Manual de Campanha EB70-MC-10.220. 1. ed. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Operações**. Manual de Campanha EB70-MC-10.223. 5. ed. Brasília, DF, 2017a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Operações Ofensivas e Defensivas**. Manual de Campanha EB70-MC-10.202. 1. ed. Brasília, DF, 2017b.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar**. Manual de Campanha EB70-MC-10.307. 1. ed. Brasília, DF, 2016a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT)**. Manual de Campanha EB70-MC-10.211. 2. ed. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **O Trabalho de Estado-Maior**. Manual de Ensino EB60-ME-12.401. 1. ed. Brasília, DF, 2016c.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Inteligência**. Manual de Campanha EB20-MC-10.207. 1. ed. Brasília, DF, 2015a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Inteligência Militar Terrestre**. Manual de Fundamentos EB20-MF-10.107. 2. ed. Brasília, DF, 2015b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Doutrina de Operações Conjuntas – 1º Volume**. MD30-M-01. 1. ed. Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Doutrina de Operações Conjuntas – 2º Volume**. MD30-M-01. 1. ed. Brasília, DF, 2011b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas**. MD33-M-02. 4. ed. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. **Disciplina o terrorismo**. Brasília, DF, 2016b.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Centro de Estudos de Pessoal. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais: Rio de Janeiro: 2007.

RAMOS, Renato Augusto Lyrio. **O Emprego da Contraineligência Militar no planejamento e execução das Operações Militares em situação de guerra.** 2022. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Análise de Inteligência) – Escola de Inteligência Militar do Exército, Brasília, DF, 2022.

RUIZ, Rafael Silva. **A Contraineligência em apoio às Operações de Dissimulação em situação de guerra.** 2022. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Análise de Inteligência) – Escola de Inteligência Militar do Exército, Brasília, DF, 2022.

SILVEIRA, Luis Felipe Ferreira. **O Planejamento de Contraineligência.** 2021. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ 2021.

SOUZA, Rodrigo Pereira de. **O Emprego da Contraineligência Militar no Planejamento e Execução das Operações Militares em Situação de Guerra.** 2022. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Organizações de Inteligência) – Escola de Inteligência Militar do Exército, Brasília, DF 2022.